

Praça Oito

RADANEZI AMORIM
ramorim@redgazeta.com.br
TEL: 3321-8217/ FAX: 3321-8533



Segurança com cidadania

Não há soluções prontas para a redução da violência, e está claro que o problema não passa só pela ação policial, mas a Polícia Militar do Rio de Janeiro vem adotando estratégia até aqui bem-sucedida com as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. O projeto consiste em mudar o perfil da polícia de repressor para preventivo, retirar o tráfico do comando de comunidades, trazer a paz e tornar a sociedade parceira do Estado no combate à criminalidade.

Tudo isso vem ocorrendo nas 10 favelas onde o modelo já foi implantado, disse ontem o coronel da PM do Rio Robson Rodrigues da Silva, comandante da unidade responsável pelo projeto.

Um dos participantes de ontem do Ciclo de Palestras Desafios do Espírito Santo, na Rede Gazeta, Rodrigues citou uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas apontando que 93% das comunidades onde há UPPs aprovam a iniciativa. Outro dado positivo: nos locais pacificados, a frequência nas escolas cresceu 90%.

De fato, o modelo apresenta novas formas de pensar o enfrentamento à vio-

lência. Ele não propõe, por exemplo, o fim do tráfico de drogas onde há UPPs.

O essencial, explicou o coronel, é acabar com a violência e a criminalidade, com a redução de mortes por armas. "Investir na prevenção é muito mais econômico que investir em políticas que ceifam vidas", pontuou Rodrigues.

O plano vai além e, após a ocupação pela polícia, o Estado completa a substituição do poder paralelo com boas iniciativas em outras áreas: turismo, meio ambiente, educação, cultura.

É uma mudança considerável. O coronel reconheceu, por exemplo, que a postura repressora da polícia por décadas só contribuiu para que a população a visse como inimiga. E o tráfico ocupou os espaços do poder público. Hoje, diz Rodrigues, os próprios moradores das comunidades denunciam os criminosos que tentam retomar o controle das favelas.

De todo modo, as UPPs são próprias da realidade do Rio. Seriam também aplicáveis aqui no Espírito Santo?

Não integralmente, mas o princípio de tornar as comunidades aliadas da polícia já é colocado em prática, diz o se-

cretário estadual de Segurança Pública, André Garcia.

Diferente do Rio, onde antes da implantação das UPPs há forte ação policial para quebrar o poder do tráfico, aqui no Estado o policiamento comunitário existe em regiões onde já funcionam os Territórios da Paz, programa do governo federal executado em parceria com os Estados.

Até hoje o pedido de licença não remunerada do vice-governador Ricardo Ferraço (PMDB) não foi votado pela Assembleia Legislativa. O documento chegou à Casa em julho. É ontem, mais uma vez, a sessão caiu por falta de quórum

O policiamento comunitário, feito por 150 homens em cinco bairros da Grande Vitória, seria um dos motivos da redução gradual do número

de homicídios nos últimos meses, que a secretaria ainda vê com cautela. "A polícia comunitária é a polícia do futuro: quebra a lógica da ação repressiva e permite a prevenção e a redução da criminalidade", avalia Garcia.

Tanto aqui no Estado quanto no Rio, as duas iniciativas mostram que o combate à violência pode dar certo. O tema é espinhoso, mas a experiência já mostrou que não há mais espaço para demagogias, receitas fáceis e especialmente soluções que não considerem a valorização da cidadania.

Cena política

■ Na caminhada da chapa do senador Renato Casagrande (PSB) pela orla de Vila Velha no domingo, até o Saci Pererê apareceu em pessoa. Trata-se de um ator filiado a um partido político e candidato a deputado estadual. Ao vê-lo, o senador Magno Malta (PR) o saudou, do trio elétrico onde discursava: "Também está aqui o candidato Saci Pererê do sítio do Pica-Pau Amarelo. É o melhor amigo da vovó Benta".